

Escrita e leitura da história durante comemorações municipais em Passo Fundo e Erechim: uma proposta de pesquisa**Eduardo Roberto Jordão KNACK***

Resumo: O presente trabalho objetiva realizar uma discussão teórica sobre a escrita e a leitura da história durante as comemorações de aniversários municipais. Entre as questões levantadas destacam-se as relações entre um fazer historiográfico no âmbito do universo comemorativo com a memória, a linguagem e o imaginário, que exercem influência marcante nas atividades de escrita e leitura. A temporalidade envolvida na produção da história também merece atenção, pois as categorias temporais são centrais para a organização e compreensão do discurso histórico. Como resultado desse debate, busca-se estabelecer alguns passos iniciais que caracterizam um procedimento de pesquisa e ensino para análise de textos de história produzidos em virtude de comemorações, tomando como exemplo o caso de dois municípios do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Escrita. Leitura. Comemoração. História. Memória.

Writing and reading of history during local commemorations in Passo Fundo and Erechim: a research proposal

Abstract: This article intends to discuss the practice of reading and writing of history during the commemorations of the cities anniversaries. This work discusses mainly about the relation between the production of history at the moment of commemoration and memory, language and imaginary, insofar these elements have a great influence into the practices of reading and writing. The temporality in the production of history is also important for the reason that the categories of time are essential to organize and comprehend the history speech. After this debate, this paper tries to establish some proceedings of research and education to analyze the history texts which are produced during the commemorations. To do that the production of two cities from Rio Grande do Sul are used as examples.

Key-words: Writing. Reading. Commemoration. History. Memory.

* Doutorando – Programa de Pós-graduação em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Av. Ipiranga, 6681, Prédio 3, CEP: 90619, Porto Alegre, RS. Bolsista CAPES. E-mail: eduardorjk@yahoo.com.br

O presente trabalho objetiva realizar uma reflexão sobre a escrita e a leitura da história durante comemorações de aniversários municipais. Cabe destacar que com a inclusão do termo “leitura”, não se está buscando, no presente trabalho, abordar a recepção das obras analisadas por um determinado público. O foco da análise está direcionado para as práticas de escrita (que envolvem leituras) dos historiadores e intelectuais que se dedicam a construção/legitimação de história(s) e memória(s) e como é possível delinear um procedimento de pesquisa (e de leitura) sobre esse processo que proporcione uma compreensão da dimensão e do universo comemorativo em que se inscrevem. Isso implica pensar sobre a operação historiográfica que envolve a produção de obras históricas e o momento da leitura dessas obras, durante e após as comemorações, que também deve ser observado com atenção, pois possui certas particularidades que merecem um olhar mais atento. Especialmente porque escrita e aprendizagem de história sofrem forte influência de outros meios, e os “[...] historiadores sabem que o conhecimento que produzem não é mais que uma das modalidades da relação que as sociedades mantêm com o passado.” (CHARTIER, 2010, p. 21).

É fundamental desnaturalizar as práticas comemorativas de uma sociedade. Nesse sentido também é importante pensar os usos da história durante uma comemoração. Aprender a ler uma comemoração com um olhar crítico é fundamental para uma consciência de si no mundo diante das evocações memorialísticas e históricas realizadas por diferentes grupos nesses momentos. Dessa forma, o procedimento de pesquisa desenvolvido não se restringe a uma pesquisa acadêmica, mas possibilita o desenvolvimento de práticas de ensino que levem estudantes de diferentes níveis a observar as construções, legitimações, significações e ressignificações realizadas por historiadores, jornalistas, escritores, políticos, entre outros sujeitos que figuram na organização desse tipo de comemoração. Concordando com Schmidt e Cainelli (2009, p. 35), no que tange ao “[...] fazer histórico e ao fazer pedagógico, um dos desafios do historiador é realizar a função didática da História, adequando o conhecimento histórico aos diferentes ambientes de aprendizagem [...]”, que não estão restritos à sala de aula.

A comemoração deve ser encarada como um desses ambientes por diversas razões. Entre elas, como já sugerido, está a naturalização de determinados elementos que passam a compor a história e a memória das cidades. As comemorações objetivam legitimar/deslegitimar certas visões sobre o passado em virtude de projetos, objetivos, ou mesmo concepções teóricas do presente. Perceber isso é transcender o senso comum, caracterizado por um conhecimento “fragmentado e pouco coerente” (BENINCÁ, 2002, p. 54), que leva os sujeitos a basear seu agir em sociedade por força dos meios externos. Outra razão é que, retomando o argumento de Chartier, o saber histórico não é um domínio

exclusivo dos historiadores, bem como sua aprendizagem. A leitura (entre outras práticas) de obras produzidas em virtude dessas comemorações implica uma prática pedagógica que objetiva popularizar o conhecimento de uma determinada visão sobre o passado valendo-se das questões que marcam o presente e que não podem ser dissociadas de um olhar para o futuro.

A própria escola não se encontra isolada do contexto social e histórico em que está inserida, não é uma ilha ou uma “instituição isolada”, de uma forma ou de outra, “[...] ela influencia e é influenciada por outras instituições ou setores da coletividade.” (CAIMI, 2001, p. 94). Portanto, ela tem um papel importante a desempenhar nas formas como professores e alunos percebem as comemorações, como orientam sua leitura e mesmo sua escrita ao propor certas atividades que estão relacionadas com o que se está celebrando.

A aprendizagem de metodologias apropriadas para a construção do conhecimento histórico, seja no âmbito da pesquisa científica seja no do saber histórico escolar, torna-se um mecanismo essencial para que o aluno possa apropriar-se de um olhar consciente para sua própria sociedade e para si mesmo. (BEZERRA, 2007, p. 42).

Uma metodologia de análise que busca esclarecer o papel que comemorações de aniversários municipais desempenham para os grupos que as promovem e para a sociedade em que se desenrolam deve levar em conta, necessariamente, a escrita (produção historiográfica) e a leitura como elementos característicos desse tipo de acontecimento. Ao tornar essas duas atividades fontes de pesquisa, objetiva-se esclarecer, entre outras características, as justificativas e/ou revisões dos projetos para as respectivas cidades e as formas de construção do passado. Com o intuito de estabelecer os passos de um procedimento de pesquisa, de uma metodologia, as considerações de Certeau (2011) são fundamentais, especialmente no que tange à escrita e à leitura da história. Sua definição da operação historiográfica, constituída por três dimensões – um lugar, uma prática e uma escrita – mostra que o fazer e o escrever história não estão dissociados de um contexto de produção.

Para Certeau (2011, p. 47), toda “[...] pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural.” Isso significa que a produção de obras históricas (o que implica a sua escrita), está relacionada com algumas determinações relativas ao grupo profissional (que estabelece o que é ou não uma obra de história) e a instituição de um saber próprio da área (que regula a difusão do conhecimento). Essas instituições podem ser políticas, eruditas, acadêmicas, entre outras. Enfim, o lugar “permite” certos tipos de produção e “proíbe” outros, torna possível “[...] certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns.” (CERTEAU, 2011, p. 63). Embora a comemoração

não seja propriamente um lugar nessa definição, ela mobiliza as instituições responsáveis pelo saber histórico, leva esses grupos a (re)pensarem suas relações com o passado (e com o futuro), em virtude dos problemas que emergem naquele momento.

Em relação à dimensão da prática, Certeau está se referindo ao “fazer história”, que está associado às técnicas de pesquisa (bem como a um lugar e a um tempo). Com base nas técnicas que estão disponíveis aos historiadores, que escrevem (e leem) de um determinado lugar, a produção, o fazer de uma obra histórica transforma a relação de uma sociedade com o passado. O primeiro passo dessa transformação é o estabelecimento das fontes, processo de “[...] separar, de reunir, de transformar certos objetos em documentos [...]” (CERTEAU, 2011, p. 69). Esse processo de transmutar certos vestígios do passado em documentos, em fontes de pesquisa, é central para a escrita da história. A noção de rastro de Ricoeur (1997) vai ao encontro dessa perspectiva, pois se o documento pode informar sobre o passado, “[...] é com o pressuposto de que o passado deixou um rastro ‘visível no presente’ como vestígio, como marca [...]” (RICOEUR, 1997, p. 200). Ao conservar esse rastro, ele não está mais à deriva no tempo e espaço, a ação do historiador, ou de outros profissionais (arquivistas, museólogos, etc.), o situou, o inseriu em uma intratemporalidade (caracterizada pela databilidade, pelo lapso de tempo e pelo caráter público que ganha esse rastro). O rastro é um “conector” entre o tempo vivido pelos indivíduos que escreveram ou leram uma obra histórica e o tempo histórico (RICOEUR, 1997, p. 207).

Como já se tornou comum afirmar, tudo pode ser um documento em história, basta informar sobre o passado. Mas os argumentos de Certeau e Ricoeur mostram que essa informação extraída não é natural, depende daquilo que se está perguntando para as fontes, perguntas relativas a um lugar de produção e também às técnicas de pesquisa, que podem limitar ou ampliar a concepção de documento. Essas perguntas realizadas aos documentos estão relacionadas com os postulados históricos (os modelos teóricos) de determinada conjuntura. A compreensão de certos conceitos, como fato, acontecimento, sujeito, entre outros, são centrais para a história e influenciam decisivamente na busca pelas informações que os rastros podem fornecer. A seleção dos documentos obedece a uma orientação prévia sobre o que constitui o passado e qual sua relação com o presente, caracterizando sua capacidade de “representância” ou “intencionalidade” da história, que é “[...] a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos.” (RICOEUR, 2007, p. 289).

Essa capacidade de representância histórica está associada às informações que os documentos proveem, atestando sua “veracidade”, garantindo que o que se está relatando aconteceu em algum momento passado, o que permite ao historiador explicar certos aspectos da história de uma sociedade valendo-se de uma composição literária, de uma

escrita. Portanto, a escrita da história está relacionada com o lugar de produção e com uma prática de pesquisa, “[...] não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber [...]” (CERTEAU, 2011, p.89) e a leitura de determinados traços que atestam o caráter verídico, real da sua narrativa. Na esfera das comemorações, a “representação escriturária” estreita ainda mais seus laços com seu local de produção e a instituição de saber da qual faz parte. Isso pode ser observado na análise de aniversários municipais de diferentes municípios do Rio Grande do Sul, onde o poder político busca ou se associa às elites intelectuais e letradas com o objetivo de homenagear “a” história da cidade. Os discursos produzidos nesse âmbito assumem uma função pedagógica para os leitores.

De fato, a escrita da história – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isso, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma “lição”; ela é didática e magisterial. (CERTEAU, 2011, p. 91).

Como a prática condiciona a capacidade de representância pela influência que exerce na perspectiva teórica e na compreensão do papel dos documentos no trabalho do historiador, delimitando o conjunto de perguntas e problemas possíveis de serem abordados em uma conjuntura histórica, a escrita da história representa um certo fazer historiográfico embebido nos sentimentos que envolvem e mobilizam as instituições dentro das comemorações. De maneira geral, imperam os sentimentos de pertencimento à comunidade, definidos por Catroga (2007, p. 13-14) como “quentes”, associados ao pertencimento à pátria: “[...] será a partir da idéia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnicos culturais.” A história, escrita sob esse auspício, é marcada por uma linguagem mais lírica, poética e afetiva. O “espaço de experiência” que marca esse tipo de celebração abre uma perspectiva, um “horizonte de expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 306) que tem como pressuposto a organização do passado. As obras produzidas como “homenagem”, ou apenas em razão dos aniversários, objetivam se tornar “lembranças” desses momentos, almejam a leitura não apenas dos seus contemporâneos, mas também das gerações futuras, enfim, “[...] a escrita da história também é veículo que luta contra o esquecimento e, por conseguinte, contra a degradação que marca o *iter* do tempo.” (CATROGA, 2009, p. 39).

Dessa forma, a escrita da história em função de uma comemoração pode ser considerada um “rito anamnético”, ou seja, um ritual de busca de recordações contra o esquecimento em sua expressão máxima, a própria morte. A historiografia que cede a esse

impulso comemorativo “[...] insere os indivíduos em cadeias de *filiação identitária, distinguindo-os e diferenciando-os* em relação a *outros*.” (CATROGA, 2009, p. 23, grifos nossos). Essas considerações ilustram a função que os organizadores e historiadores envolvidos com determinadas comemorações almejam para a história. Mas é necessário ir além da elucidação do papel que a história desempenha nos ritos anamnéticos e esclarecer a construção da escrita historiográfica. Para Certeau (2011, p. 99-100), a escrita da história é uma forma de discurso misto que se situa entre a narração (estabelecida a partir de uma série temporal) e o discurso lógico (que embasa o caráter de “verdade” das suas proposições). A narrativização temporaliza e possibilita a escrita da história, inserindo a seleção do seu conteúdo (os elementos que compõem o relato histórico: os sujeitos, os acontecimentos e os lugares) em uma perspectiva temporal, um “regime de historicidade” que pode ser definido como “[...] uma formulação erudita da experiência do tempo [...]” que “[...] abre e circunscribe um espaço de trabalho e de pensamento.” (HARTOG, 1996, p. 129). Essa percepção temporal ordena a forma como os historiadores encadeiam as categorias temporais – passado, presente e futuro – e pode ser relacionada com a noção de ritmo descrita por Benveniste (2005, p. 361):

A noção de “ritmo” é das que interessam a uma ampla porção das atividades humanas. Serviria talvez até para caracterizar distintivamente os comportamentos humanos, individuais e coletivos, na medida em que tomamos consciência das durações e das sucessões que os regulam e também quando, além da ordem humana, projetamos um ritmo nas coisas e nos acontecimentos.

Ao perceber que a própria natureza tem um ritmo, bem como o comportamento humano, passa-se a projetar uma temporalidade nas “coisas e acontecimentos”. Essa percepção temporal possui uma historicidade, muda de acordo com a conjuntura histórica. As “elaborações eruditas” realizadas por historiadores e outros intelectuais são projeções de um ritmo temporal sobre a sociedade que “[...] modela nossa forma de dizer e viver nosso próprio tempo.” (HARTOG, 1996, p. 129). As comemorações de aniversários municipais trazem em seu bojo um ritmo temporal, são pensadas, organizadas e produzidas sob sua égide, da mesma forma que a historiografia. Dessa forma, esse primeiro movimento da escrita da história que, na definição de Certeau (2011, p. 100-101), é a sua narrativização, é fundamental e permite a construção de um sentido ao objeto da pesquisa histórica que é encontrado na leitura da escrita, pois “[...] a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor.” (BENVENISTE, 2006, p. 77-78). Ao assumir a temporalidade de outro, o interlocutor assume também sua historicidade, nos reconhecemos no outro temporal e espacialmente.

Dessa forma, é possível afirmar que “[...] o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal.” (RICOEUR, 1994, p. 85). Essa articulação do tempo em uma forma narrativa ocorre a partir de uma atividade mimética, de “imitação criadora” das experiências temporais que nos envolvem (NICOLAZZI, 2003, p. 8). É nesse sentido que as elaborações eruditas do tempo (organizadas em narrativas), realizadas por historiadores, passam a exercer uma influência na forma como percebemos e vivemos nosso tempo, especialmente quando está inserida no âmbito de uma comemoração que mobiliza uma comunidade, onde a história é utilizada para dar aval a projetos justificados pelo peso do passado, ou mesmo pela noção de dívida, “[...] o sentimento de sermos devedores enquanto herdeiros de nossos predecessores.” (RICOEUR, 2001, p.376).

Com base nessa imitação das experiências temporais é que o tempo histórico ganha um sentido no momento da escrita. Por exemplo, ao levantar a noção de dívida, o passado é valorizado, focando na ação dos sujeitos que entraram para a história de uma comunidade, nos acontecimentos desencadeados por eles que possibilitaram nossa existência no presente, assim o passado deve ser rememorado, sua grandeza deve ser um exemplo para as gerações presentes e futuras. O passado, nessa perspectiva, ganha uma importância maior diante das outras duas categorias temporais (presente e futuro). Esse sentido é uma construção historiográfica, pois em determinadas conjunturas, outras categorias temporais assumem um peso maior na produção histórica. Esse valor (que é expresso a partir da ação dos sujeitos nas narrativas) tem um regime de historicidade que lhe é particular. Essa historicidade, que permite identificar uma determinada ordem do tempo nas produções historiográficas, está presente na construção do texto que “[...] se encontra numa posição intermediária entre duas experiências distintas mas por ele relacionadas [...]” (NICOLAZZI, 2003, p. 9). Isso implica pensar em uma experiência anterior à sua produção (todos os elementos que envolvem o fazer história na concepção de Certeau – desde a elaboração de perguntas, os procedimentos de pesquisa, a busca e organização dos rastros tornados documentos – tempo do autor) que leva à configuração da ação dos sujeitos na narrativa (tempo do texto, da sua elaboração), até a refiguração, que marca a recepção do texto, a sua leitura (tempo do leitor).

Essa divisão é realizada apenas para pensar em uma metodologia de análise que possa identificar etapas de um processo relacional entre escrita e leitura de narrativas históricas. Na prática, é difícil apontar quando inicia uma etapa e termina a outra. A escrita e a leitura são partes integrantes da operação historiográfica e estão presentes em todas essas etapas da configuração narrativa. Como Ricoeur (2007, p. 247) aponta, “[...] a história é uma escrita de uma ponta a outra: dos arquivos aos textos dos historiadores, escritos,

publicados, dados a ler.” O mesmo pode se dizer da leitura, uma vez que os “documentos tinham seu leitor, o historiador de ‘mangas arregaçadas’. O livro de história tem seus leitores, potencialmente quem quer que saiba ler, o público esclarecido.” Os livros de história que apresentam as narrativas dos historiadores ao público estão submetidos ao processo de crítica e revisão não apenas de seus pares, mas dos seus leitores. Enfim, ao estabelecer os passos de uma metodologia de análise para investigar escrita e leitura de obras de história nas comemorações municipais, é necessário pensar nessas etapas. Mas a leitura também necessita de um olhar um pouco mais rigoroso, especialmente em relação às particularidades da história. Para Rocha (2010, p. 129), “[...] aprender história não só requisita o conhecimento prévio da leitura e da escrita, mas requisita o domínio da leitura, da escrita e da narrativa histórica, como forma de organizar o discurso sobre o tempo.”

Em relação às particularidades da leitura em história, “[...] o autor e o leitor de um texto histórico convencionam que se tratará de situações, acontecimentos, encadeamentos, personagens que existiram realmente anteriormente [...]” (RICOEUR, 2007, p. 289). Esse é um primeiro ponto que particulariza a leitura da história e, pensando nas comemorações municipais, os personagens, as ações a eles relacionadas (que desencadeiam os acontecimentos) e determinados lugares ganham uma dimensão que vai além dessa capacidade de representância (o fato de ser algo que realmente existiu em um passado). As seleções operadas pelos autores dessas obras entram para o campo do memorável. Passam a povoar a memória social de uma determinada cidade, tornando-se elementos de filiação e distinção que marcam o pertencimento dos sujeitos aos lugares. As comemorações são momentos particulares, em que os sentimentos de pertença, continuidade e coerência dos grupos envolvidos são ressaltados com a finalidade de superar o esquecimento, em última instância, o próprio traumatismo final da vida humana. As produções historiográficas a elas relacionadas não fogem desse escopo, bem como as expectativas dos participantes, que buscam se inserir, fazer parte dessa entidade maior e de sua história. “O sujeito, mesmo antes de ser um *eu*, já está, a um certo nível, imerso na placenta de uma memória que o socializa [...]” e que vai marcar suas estratégias de vida e os sentimentos de pertença e adesão ao coletivo. (CATROGA, 2009, p. 13). Dessa forma,

[...] como a consciência do *eu* se matura em correlação com camadas memoriais não só directamente vividas, mas também adquiridas, tem de se ter presente que estas, para além das de origem pessoal, só se formam a partir de narrações contadas por outros, ou lidas e vistas em outros: o que prova que a memória é um processo relacional e intersubjetivo. (CATROGA, 2009, p. 13-14).

É possível colocar entre as “narrações contadas por outros” a leitura, que está inserida na linguagem de determinada conjuntura. Por isso a memória é intersubjetiva e relacional, pois ela não pode ser dissociada da linguagem, o que implica a necessidade para a formação do *eu* de um *tu*, bem como a capacidade do *eu* (enquanto locutor e narrador) se transformar em *tu* (BENVENISTE, 2005, p. 286). De forma mais clara, “[...] todo homem se coloca na linguagem em sua individualidade enquanto *eu* por oposição a *tu* e *ele*.” (BENVENISTE, 2006, p. 68). Essa relação da memória com a linguagem é fundamental para compreender a leitura em história. Na linguagem, com base na definição de Benveniste, são encontrados certos elementos que a caracterizam e que também definem as operações de seleção pelas quais se constitui a memória (individual e coletiva). Inicialmente, a constituição do sujeito (do *eu*), é imprescindível para a linguagem (e para a memória), permite sua formação, possibilita sua subjetividade revelada pelos pronomes pessoais. A partir desses pronomes, outras duas características centrais para a constituição da linguagem (e da memória) são desdobradas:

Desses pronomes dependem por sua vez outras classes de pronomes, que participam do mesmo *status*. São os indicadores da *déixis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito” tomado como ponto de referência: “isto, aqui, agora” e as suas numerosas correlações “isso, ontem, no ano passado, amanhã”, etc. Têm em comum o traço de se definirem somente na relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia. (BENVENISTE, 2005, p. 288).

Essa percepção de linguagem é importante para pensar a constituição do autor (quem faz e escreve a história) enquanto sujeito e sua relação com o espaço e o tempo. A própria linguagem se constitui a partir de uma expressão temporal (que está relacionada também com uma dimensão espacial). Portanto, escrita e leitura estão vinculadas a um determinado contexto histórico marcado por uma expressão linguística com uma temporalidade própria que possibilita e confere sentido à história narrada, relacionando o tempo narrativo ao regime de historicidade. Além disso, a linguagem possibilita a constituição da memória em sua dimensão individual e coletiva, que estão relacionadas, pois os autores e os leitores compartilham a mesma língua, condição para sua socialização. A memória, como Pollak (1992, p. 201-202) demonstra, tem como elementos constitutivos os acontecimentos, os personagens e os lugares. A constituição do sujeito deve ser compreendida tanto como o indivíduo que lembra (no caso, narrador/leitor), como dos personagens que passam a fazer parte de uma narrativa histórica. O acontecimento remete à dimensão temporal, que pode ser identificado com base na ação dos personagens da narrativa como na construção de um sentido, de uma historicidade que regula o

encadeamento das ações (dos acontecimentos), que ocorrem entre um jogo de silêncios, esquecimentos e lembranças. Os lugares, no caso das histórias escritas em função das comemorações municipais, são as próprias cidades e seus espaços particulares (determinadas ruas, bairros, praças, edificações que a compõem) onde os personagens e suas ações atuam.

Monteiro (2006, p. 28) mostra que a memória articula-se baseada em “espaços e tempos privilegiados”, projetando uma luz “[...] com maior intensidade sobre certos sujeitos (nomes), tempos (datas) e lugares (espaços), enquanto outros permanecem na penumbra.” Torna-se pertinente esclarecer as relações entre memória e história. Catroga (2001, p. 40) indica que o trabalho historiográfico possui afinidades com os trabalhos de memória, como as operações de seleção efetuadas em ambos os casos, a verossimilhança com o que se está lembrando e a representação do passado. Koselleck (2006, p. 161) também aponta elementos comuns entre história e memória como peças fundamentais de uma obra historiográfica: “[...] a velha tríade *lugar, tempo e pessoa* também está presente na obra do historiador. Caso se altere um desses três elementos, trata-se já de uma outra obra, ainda que se debruce ou pareça debruchar-se sobre o mesmo objeto.” Para Dosse (2004, p. 178), a “[...] oposição crônica entre memória e história não é pertinente [...]” e torna-se necessário evitar uma separação radical entre as duas dimensões, assim como sua superposição. Apontar e trabalhar as semelhanças entre história e memória valendo-se da linguagem não significa reduzir uma a outra, especialmente porque a operação historiográfica, como indica Certeau, envolve a dimensão de uma prática e um lugar que influenciam sua dimensão narrativa expressa na escrita. A memória, embora presente na produção historiográfica (o historiador está socializado em uma comunidade, compartilhando experiências e uma linguagem comum), não está condicionada por esses passos que levam à escrita histórica. Em relação às características que diferenciam a história da memória, a própria operação historiográfica é um exemplo, na medida em que os historiadores necessitam legitimar seus trabalhos dentro de um circuito historiográfico (um lugar de produção), mostrando que seguem determinados procedimentos (uma prática válida e aceita pelos seus pares) que influencia sua escrita. As operações da memória não estão sujeitas a tais exigências, mas durante uma comemoração municipal, essas fronteiras (que, mesmo fora do âmbito comemorativo não são tão radicais), encontram-se ainda mais diluídas.

Dessa forma, é possível apontar a constituição dos sujeitos (personagens), suas ações, os acontecimentos e os lugares como traços semelhantes na elaboração da história e da memória. A leitura é, portanto, uma experiência intersubjetiva entre escritor (narrador) e leitor que possibilita a seleção dessa tríade de elementos que adquirirão significado dentro do universo comemorativo. Para defender essa ideia da leitura como uma experiência

intersubjetiva, é necessário resolver um problema, pois a intersubjetividade da linguagem só ocorre quando o *eu*, em comunicação com outro *eu* (um *tu*, dentro de um diálogo), pode se tornar um *tu*, ao responder à enunciação do outro interlocutor. Esse diálogo pressupõe dois sujeitos interlocutores ativos. Ricoeur (1968, p. 41) adverte que “[...] o encontro em história não é jamais um diálogo, pois a condição primeira do diálogo é que outro *responda*: a história é aquele setor da comunicação sem reciprocidade.” Mesmo constituindo uma estrada de uma via, a leitura ainda é uma prática intersubjetiva. Para argumentar em favor dessa ideia, as contribuições de Certeau (2008) são importantes. Suas considerações mostram que a leitura foi constantemente analisada como uma atividade passiva, em que o leitor apenas recebe os conteúdos e as informações. “Com efeito, ler é peregrinar por um sistema imposto [...]” pelo texto, constituído por “signos verbais ou icônicos”, mas que nada mais são que “[...] uma reserva de formas que esperam do leitor o seu sentido.” (CERTEAU, 2008, p. 264).

Essa afirmação vai ao encontro do argumento de Ricoeur e, de modo algum, se está propondo que o texto em história possui uma capacidade de responder ou dialogar com as perguntas, expectativas e/ou pressuposições do seu leitor. O texto só tem sentido a partir da leitura. Essa perspectiva de encarar a leitura proposta por Certeau visa ultrapassar tendências que encaram o leitor como um depósito de sentidos e ideias definidas pelas atividades envolvidas na produção da escrita. “O leitor é o produtor de jardins que miniaturizam e congregam o mundo.” (CERTEAU, 2008, p. 269). Porém, esta produção de sentido que ocorre na leitura não é um exercício individualizado, uma vez que a constituição do *eu* na linguagem só é possível pela existência de um *tu*. A constituição dos sujeitos na e pela linguagem ocorre por uma socialização que é coletiva, portanto, esse *eu* do leitor está submerso em experiências compartilhadas tanto quanto o *eu* do autor (que torna-se um *tu* na leitura, embora sem a capacidade de interlocução ativa). A leitura da história pode não ser um diálogo entre dois interlocutores, mas é uma atividade de construção de sentido da qual participam escritor e leitor e que necessita sempre de atualização, pois a leitura “[...] não tem garantias contra o desgaste do tempo (a gente se esquece e esquece) [...]” e “[...] cada um dos lugares por onde ela passa é repetição do paraíso perdido.” (CERTEAU, 2008, p. 270). A leitura é atividade que envolve associações com outras leituras para sua compreensão. O leitor, entendido como um significante, precisa dessas associações com outras experiências para produzir significados. Portanto o resultado da leitura de um texto em história nunca produz significados que resultam de esforços puramente individuais, pois isso não existe na linguagem, que é condição para a leitura.

Depois dessas considerações sobre escrita e leitura, é possível delinear alguns passos para a construção de uma metodologia para analisar essas atividades no âmbito de

comemorações municipais. No presente trabalho, a análise será direcionada para duas formas de escrita histórica que marcam esses momentos. Em primeiro lugar estão as obras produzidas por historiadores em virtude dos aniversários municipais. A análise desses escritos permite identificar todos os traços discutidos acima, como as etapas da operação historiográfica, os rastros transmutados em documentos que atestam sua capacidade de representância e a composição narrativa que, associada a uma disposição temporal (o regime de historicidade), torna inteligível a história e revela sua intencionalidade. Outro tipo de obra que circula durante as comemorações são os álbuns municipais, que envolvem outros aspectos que necessitam de um referencial teórico mais amplo do que foi discutido até o momento. Isso porque esse tipo de publicação envolve, por exemplo, uma dimensão visual em sua composição (reunindo diversos tipos de imagens, desde fotografias a pinturas, desenhos, charges, etc.) que é preponderante para sua compreensão. A análise da sua produção deve levar em conta certas características, como a composição gráfica, o nível tecnológico disponível para sua impressão, entre outros elementos. O corpo editorial também requer um cuidado na análise. Nas obras produzidas por historiadores, trata-se de um indivíduo, o autor, o que facilita identificar o lugar de produção da obra e o seu fazer, mas nesses álbuns, às vezes, mais de um autor pode ser identificado (presença de um corpo editorial), o que afeta a seleção dos elementos (textuais e visuais) que entram para a publicação.

Mas os álbuns comemorativos são importantes, pois contribuem para uma ampla divulgação de uma perspectiva da história local que, ao menos nos casos analisados até o momento, estão associadas aos interesses do poder político, uma vez que estes patrocinam, promovem e até participam de sua elaboração. Esse tipo de documentação também revela o regime de historicidade que ordena a percepção temporal dos sujeitos no seu contexto histórico específico, trazem a seleção dos mesmos elementos que figuram nas obras históricas (determinados sujeitos, acontecimentos e lugares) que passam a transitar entre a memória e a história da comunidade, tornando-se coletivos. A presente pesquisa leva em consideração os textos históricos apresentados nos álbuns justamente para identificar a temporalidade na escrita que marcava a percepção dos grupos envolvidos com as comemorações. Entre os documentos selecionados para constituir a amostra de uma análise estão a obra *Terra dos Pinheirões*, do historiador Francisco Antonino Xavier e Oliveira, publicada em 1927 em homenagem ao centenário da fundação do povoado de Passo Fundo/RS, e o *Album Oficial Cinquentenário de Erechim* de 1968, produzido pela editora Metropole de Porto Alegre para a cidade de Erechim/RS, tendo como editor o jornalista Israel José da Costa.

Uma primeira leitura das obras indicará a seleção dos elementos que entraram para a história dos respectivos municípios. Essa identificação dos personagens, dos acontecimentos em que estão envolvidos (que resultam, muitas vezes, das suas próprias ações) e dos lugares, está associada à operação historiográfica. Portanto, um segundo passo da pesquisa é pensar o lugar e a prática associados à sua produção, pois é com base neles que emergem questões e respostas próprias da época em que ocorreram as comemorações e estão associados à perspectiva de pesquisa adotada pelos autores. É preciso sempre ter em mente que isso significa que outros elementos são deixados na “penumbra”, como sugere Monteiro (2006), por isso refletir sobre o contexto da produção que antecede a escrita permite identificar o que é trazido para a luz da história, e o que é deixado na sombra. Mas tanto o lugar como a prática de pesquisa por trás da escrita sofrem influências do regime de historicidade. Portanto, um terceiro passo da análise, depois de identificados os elementos que constituem essa história que passa a ser pública para a comunidade, é perceber e compreender a temporalidade que marca todos os passos da operação historiográfica e rege a forma como a obra é escrita.

A contextualização da produção da obra *Terra dos Pinheiraes*, no que tange ao lugar de produção e ao fazer do historiador, está ligada ao contexto político, econômico e social de Passo Fundo na década de 1920. Uma descrição minuciosa da situação da cidade nesses moldes seria necessária para uma plena compreensão da escrita, mas tomaria um espaço demasiado e desproporcional no presente trabalho. Porém, cabe indicar que Passo Fundo não possuía um círculo historiográfico constituído em 1927, como associações ou grupos de historiadores, profissionais ou não, na perspectiva da delimitação de lugar de produção de acordo com a noção de Certeau. Assim o fazer, a pesquisa do autor, não está submetida a um corpo de normas e procedimentos organizados que poderiam influir na validade e aceitação do seu trabalho pelos pares e pela comunidade local. Seu status de intelectual e historiador na cidade encontra origem na sua produção literária (já havia escrito outros trabalhos sobre a história do município), na sua atuação como jornalista, professor e político. Xavier e Oliveira nasceu em 1876, em 1896 já atuava na esfera política como secretário do Conselho Municipal. Foi promotor, juiz, advogado do município em questões de limites territoriais, foi vice-intendente e prefeito, fundador do Hospital de Caridade, além de organizar exposições do município em feiras e eventos pelo estado e pelo país. Foi redator de vários jornais locais, presidente de clubes e associações culturais e sociais, professor de diferentes colégios e alcançou o status de historiador local em virtude das várias obras publicadas sobre Passo Fundo. Como Monteiro (2006, p. 61-62) indica, o trabalho dos historiadores na seleção e interpretação dos elementos que passam a fazer parte da sua escrita estão relacionados a “[...] um circuito mais ou menos amplo de

circulação de informação e produção de explicações sobre a sociedade e seu percurso no tempo.”

No caso da obra em questão, esse circuito é menos amplo, com poucas informações disponíveis, e as questões (emergidas na historicidade, na temporalidade do fazer e da escrita) que movem o olhar do historiador, bem como as respostas que surgem, estão relacionadas com a necessidade de estabelecer um corpo de conhecimentos e informações sobre o início do povoamento da cidade em função do aniversário municipal e do centenário da fundação do povoado. Além disso, o fato de não haver um circuito definido, ou mesmo uma instituição de saber para exercer influência na prática abre um espaço para uma poética nas obras de Xavier e Oliveira, especialmente naquelas produzidas entre 1920 e 1940. Como exemplo, tem-se a obra *Pelo Passado*, de 1922, que envolve considerações históricas, poemas e costumes locais; depois de *Terra dos Pinheirões*, o seu trabalho *Seara Velha*, de 1932, é dedicado a relatar alguns personagens históricos da região, lugares da cidade, mas entrecortado por poemas que misturam história, memória do autor e lendas, incluindo até uma poesia sobre a pipoca. Hartog (2011, p. 181) indica que a utilização da poética na observação histórica resulta de um estado intermediário entre uma concepção retórica de história e o historicismo e que “[...] o que justifica o desvio pela poética é, antes de mais nada, levar em consideração o leitor.” Ou seja, trata-se de uma história que “não se desenvolve por si mesma”, submersa em citações, notas, transcrições de documentos. Trabalhos posteriores de Xavier e Oliveira, como seu artigo *Passo Fundo na Revolução de 1835*, publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 1944 (o que implica, nesse momento e nesse trabalho, uma avaliação dos pares), e o livro *Rememorações do nosso passado*, de 1948, submetido a um concurso sobre a história local (também envolvendo o crivo dos pares), já assumem características mais particulares de relatos históricos, utilizando citações e notas explicativas, apresentando documentações analisadas, deixando transparecer uma espécie de método de pesquisa, enfim, parecem buscar uma legitimidade por seu trabalho de pesquisa, pelo fazer historiográfico.

Caminhando para o segundo passo de análise, a obra produzida por Xavier e Oliveira, em 1927, tem como objetivo central responder questões sobre a origem do povoado, seus primeiros habitantes e as dificuldades superadas nos primórdios de Passo Fundo. Na capa do livro, abaixo do título, já é fornecido o primeiro indício da seleção dos elementos que passam a fazer parte de uma história oficial do município. O autor indica que esta obra pertence a uma “[...] série comemorativa do centenário do começo do povoamento do território passo-fundense pela gente brasileira civilizada.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.1). Essa é a primeira seleção operada pelo autor. Os sujeitos que não fazem parte da sua noção de civilização não participam do povoamento da cidade e são colocados na

penumbra da escrita dessa história. Como o próprio autor demonstra na sua *Oração Filial a Passo Fundo*:

Eu te amo na tua simplicidade dos teus dias primitivos, porque foi ahi que tua gente, campeando na vastidão das estancias solitarias, ou mourejando nos cerrados heruaes, em lucta com o selvicola traiçoeiro e feroz, adquiriu ou desenvolveu as nobres qualidades que deveriam exalça-la depois, através dos feitos imperecíveis dos seus grandes expoentes, legando ao futuro esse patrimônio robusto que é a tua historia. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p. 3).

O sucesso dos povoadores, o seu valor enquanto agentes da civilização está na superação dos obstáculos naturais, o que incluiu um grupo oposto a essa afirmação, os indígenas que já ocupavam as terras da região, mas, por não serem considerados civilizados, não contam como povoadores. Essa passagem também traz a marca da percepção temporal do historiador. O valor das ações dos sujeitos que compõem a história da cidade é um patrimônio da comunidade, um legado desses heróis para o futuro (no caso, o presente em 1927). A forma de filiação estabelecida pelo autor com a origem da povoação envolve uma admiração nostálgica de um passado quase mítico que toma forma a partir de uma escrita poética da história. Essa nostalgia marca a temporalidade das obras de Xavier e Oliveira, mas não significa uma desaprovação do presente. Está ligada ao processo de modernização urbana desencadeado na região norte do Rio Grande do Sul, que afetou o município de forma intensa a partir da instalação da estrada de ferro e recebeu um impulso ideológico e político das orientações do Partido Republicano Rio-Grandense que tinha como lema a ordem e o progresso da sociedade. Mas o historiador passo-fundense era membro desse partido e atuou em prol de seus objetivos, tinha em mente, na sua atuação enquanto político, o progresso econômico e social da cidade. Portanto, esse saudosismo relativo à origem do povoado revela a atração que o autor tem sobre esse tempo, um reconhecimento de si mesmo nessa história quase imemorável que representa, na obra, a aurora da cidade.

Esse sentimento está ligado à ideia de patriotismo, de dever dos munícipes para com o município. Para o autor, “[...] a pátria não paira na cúpula, e sim na base da organização nacional [...]”, assim, “[...] o município deve merecer o affecto mais carinhoso, o devotamento mais alto que lhe possamos dar.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p. 9). Essa forma de filiação está associada com esse saudosismo, que confere papel central ao passado por sua função de explicar o presente e transmitir exemplos que orientem as gerações futuras. “Justa é, pois, a minha veneração pelo teu passado – relicário sacratíssimo que encerra a origem do teu presente e a esperança de teu futuro.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p. 3). Com essa veneração preenchendo seu espírito, o historiador busca

a origem desse legado e escreve um texto que intitula como *Passo Fundo Antigo Conferencia Historico-litteraria*. Nesse texto, ele se debruça sobre os primeiros civilizadores, os primeiros personagens que ocuparam a região onde viria a se instalar o povoado que daria origem a Passo Fundo. Esses sujeitos seriam os padres da Companhia de Jesus, que marcaria o “período missioneiro” da ocupação do território, que termina com a expulsão dos jesuítas. Os índios “coroados” (caingangues) são apresentados como antítese dos civilizadores, ao contrário dos guaranis, que se encontravam nos aldeamentos jesuíticos. Com a destruição das reduções jesuíticas apagou-se o traço civilizador desse grupo. De acordo com Xavier e Oliveira (1927, p. 8), os últimos vestígios da ação jesuítica na região se encerraram com o êxodo dos guaranis, assim “[...] apagavam-se nella os derradeiros lampejos da obra dos Padres da Companhia.” Concluindo essa etapa quase mítica da história local, finaliza o historiador:

Dahi a queda do ascendente que a Companhia de Jesus tinha plantado na região missioneira. O seu domínio percorrera já as três grandes phases características da vida em qualquer das suas manifestações: nascera, attingira o cume da vitalidade, e ahi entrara a decahir sucumbindo afinal, como o sol, que do alto do céu, ressalva para o oceano de fogo e púrpura do ocaso, afundando neste e sendo, pouco depois, sepultado sob a noite, que sobre elle desce como uma lápide de mármore negro - a cor symbolica da morte. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p. 8-9).

Esse trecho também é um exemplo de uma característica marcante de sua escrita, que Ricoeur (1997, p. 317) classificou como “ficcionalização da narrativa histórica”. O escritor, no caso, utiliza elementos ficcionais no seu relato que almeja uma representância histórica. Essa analogia com aspectos da natureza e do universo não é apenas um impulso poético para narrar o final do período missioneiro na cidade, mais do que um recurso narrativo, é peça fundamental da inteligibilidade de sua escrita, revela sua intencionalidade. Esse ar quase mítico desse período só pode ganhar espaço na escrita em função de uma ficcionalização que é representada pela comparação com elementos da natureza e da própria existência. É também com base nesse recurso que a narrativa retribui o valor desse primeiro sopro civilizacional aos jesuítas, honrando seu legado, e, apesar do trecho apontar para o desaparecimento da semente plantada pelos “padres da Companhia”, sua escrita afirma o contrário ao prestar tal homenagem. A lição dos jesuítas venceu seu ocaso, ressurgiu “do oceano de fogo púrpura” para chegar aos contemporâneos por meio da história, mas que só se tornou inteligível por uma aproximação com elementos imaginários que permeiam os recursos da uma narrativa ficcional. Nesse sentido, história, memória e imaginário se aproximam na narrativa histórica dentro da comemoração municipal para a representação de uma ausência, tanto real (o passado), como imaginária (ficcional). Essas

duas dimensões da ausência se misturam, o passado é trazido ao presente não apenas pelos seus rastros, mas pela imaginação (relacionada com a busca de uma filiação a um patrimônio espiritual comum) expressada no uso de recursos ficcionais (RICOEUR, 1999, p. 90).

Finalizando esse primeiro momento da história, a ocupação só é retomada no início do século XIX. A entrada no século XIX marca a passagem de um momento histórico quase mítico escrito e tornado inteligível por meio do uso de recursos ficcionais, para a formação do povoado a partir da década de 1820. Essa transição entre períodos pode ser percebida em detalhes da escrita. Xavier e Oliveira não deixa de usar recursos ficcionais, porém, nos outros capítulos de *Terra dos Pinheiraes*, o recurso de notas explicativas, mencionando suas fontes, se diferencia do texto *Passo Fundo Antigo* que abre a obra. A partir desse momento, o autor passa a fazer uso de uma “credibilidade histórica” na definição de Certeau (2011, p. 100-101) “[...] pelas referências, pelas notas e por todo o aparelho de remetimentos permanentes a uma linguagem primeira” que “[...] se estabelece como *saber do outro*”. Esses recursos introduzem um “efeito de real” na escrita, conferindo autoridade ao narrador para cumprir seu papel de historiador, de um interlocutor que está, de fato, tratando de personagens, acontecimentos e lugares que realmente aconteceram. Mas esse recurso só é possível a partir da leitura do autor de rastros que se tornaram documentos, formando um saber que tem por base uma intersubjetividade com outros sujeitos. Os leitores encontram na obra a leitura da leitura presente na escrita da história.

É assim que são escritos os capítulos *Arvores históricas*, *Bernardo Paes de Proença*, *Alexandre Mota*, *Subordinação da terra no passado*, *Arithmetica errada*, *Adão Schell*, *José Domingues Nunes de Oliveira*, *O povoamento de Passo Fundo*, *A margem das memórias de José Garibaldi* e *Memórias de um Umbu*. Como exemplo, segue uma breve análise de dois capítulos, *O povoamento de Passo Fundo*, no qual a escrita se aproxima dessa característica de credibilidade e legitimidade histórica, e *Memórias de um Umbu*, que conclui a obra, quando o autor retoma uma ficcionalização da sua narrativa, em que memória, história e imaginário se entrelaçam na escrita, revelando novamente a forma como as categorias temporais estão encadeadas na obra, resultando em um sentido para a história revelado no seu momento de refiguração, na sua leitura.

Em *O povoamento de Passo Fundo*, o historiador inicia delimitando a data das primeiras expedições realizadas para reconhecimento da antiga “região missioneira” a partir de 1815. Coube ao alferes Athanagildo Pinto Martins o comando dessa primeira expedição por ordem do governo de São Paulo, a fim de verificar a possibilidade “[...] de uma ligação mais breve com a capitania do Rio Grande do Sul.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p. 23). Essa informação, de acordo com a nota explicativa, foi retirada da obra *As Missões*

Orientaes e seus antigos domínios, de Hemeterio José Velloso da Silveira. Trata-se, portanto, da constituição de um “saber do outro.” Essa é uma das poucas obras citadas que confere essa credibilidade de um saber compartilhado e constituído por outras pesquisas, outras leituras. “Em 1822 o territorio passo-fundense era já trilhado pelos tropeiros de muares, que vinham de S. Paulo ou para lá seguiam.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p. 23). Esse prelúdio da fundação do povoado, que só pode ocorrer em 1827 em virtude das dificuldades impostas pelos índios “coroados” resistentes à civilização e que dominaram o território depois do período missioneiro, é obtido por meio do relato de um morador antigo, Francisco Xavier de Castro, que, de acordo com o autor, “conhecia estas plagas desde 1822” vindo residir nelas em 1843, de acordo com as notas explicativas. Nesse sentido, a escrita do início do povoado alcança uma capacidade de representância histórica baseada nas referências citadas e na obra consultada, diferentemente da narração do período missioneiro, o apelo ao imaginário valendo-se de recursos de narrativas ficcionais não estão presentes de forma intensa, o que permite pensar em uma origem mítica do povoamento e um começo histórico bem delimitado pelos capítulos.

No capítulo *Memórias de um Umbu*, que encerra a obra, o narrador imagina uma árvore, um umbu localizado em uma estrada que liga duas localidades de Passo Fundo, Pinheiro Torto e Pulador, que “[...] pudesse relembrar muita coisa importante do nosso passado.” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p. 28). Com essa intenção, a narração se desenrola a partir do diálogo entre o narrador, que pede para o “velho umbu de minha terra” contar o seu passado:

Nasci ao sol dos primeiros dias da história de Passo Fundo, no tempo em que uns homens de rijo aspecto e não menos sólido caráter, da comarca de Curityba uns, da fronteira do sul outros, começaram a chegar a estes campos e plantar nelles seu domínio. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p. 28).

Assim, esse personagem imaginário assume a condição de narrador, de depoente, e vai contando todos os personagens e acontecimentos marcantes que presenciou. O saudosismo que marca a temporalidade da escrita do historiador aparece logo no início desse relato, quando descreve a casa da primeira estância estabelecida naquela localidade, que vai aos poucos desaparecendo, junto com seus moradores, “[...] deixando-me como sentinella que tivesse de guardar estes campos tão lindos de nossa terra... Deus, porém, consolava minha tristeza e saudade [...]” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p. 28) ao fazer passar comitivas e tropeiros pela estrada. Todas as recordações relatadas pelo umbu são embebidas nesse saudosismo, uma espécie de nostalgia que percorre o olhar de Xavier e Oliveira, que, na verdade, se imagina no lugar da árvore, observando toda a história

centenária do povoado. Ao chegar ao início do século XX, o umbu começa a descrever os acontecimentos que marcam a modernização da região, como a instalação da estrada de ferro, as linhas telefônicas, a luz elétrica, o primeiro automóvel e o primeiro avião a circular no ar. A conclusão do relato encerra essa temporalidade saudosista, que olha o passado como um lampejo glorioso de luz incidindo sobre o futuro. O presente nada mais é que um entremeio entre a glória do passado e a grandeza do futuro.

A partir desse dia, nada mais vi que me impressionasse; mas a minha contemplação subsiste, e espero que a infinita bondade de Deus, que me criou e tem me nutrido até hoje, me permitirá contemplar ainda largo trecho da vida de Passo Fundo, caracterizado pela máxima felicidade e glória do seu povo. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p. 30).

O *Album Oficial Cinquentenário de Erechim*, editado por Costa, apresenta uma temporalidade diferente. Mas antes de analisar a escrita da história nessa publicação é importante tecer algumas considerações sobre o seu contexto de produção. Inicialmente, é válido destacar que uma publicação desse gênero é diferente de um livro de história. Seu objetivo é realizar uma apresentação do município, uma espécie de convite para conhecer a cidade e atrair turistas e investidores em potencial nos negócios locais, ressaltando seu potencial econômico e turístico. Portanto, a história escrita nessa publicação não resulta de um lugar de produção e de uma prática de pesquisa próprias de um campo historiográfico. De qualquer forma, precisa atender certos aspectos, especialmente na questão da representância, pois os escritos sobre a história local na publicação necessitam reivindicar uma veracidade sobre o que se está apresentando. A seleção dos elementos que corporificam a narrativa histórica nesse caso atende uma determinada temporalidade histórica, como em uma escrita historiográfica, e expressa de uma forma mais geral essa percepção dos envolvidos com a sua produção. Constituem uma elaboração erudita das experiências com o tempo, mas não tão particular de historiadores. O sentido, a inteligibilidade dos escritos obedece a uma temporalidade que já está circulando na percepção dos agentes políticos (no caso, o executivo municipal) e do editor (um jornalista).

Embora a publicação não tenha sido editada e escrita por membros da comunidade local, a influência do poder político municipal, bem como outros sujeitos da cidade (as fotografias, por exemplo, foram todas selecionadas por um estúdio local) é marcante. Nesse sentido, os elementos selecionados e comemorados como a história municipal podem ser considerados “oficiais” e não foram escolhidos apenas por elementos exógenos à comunidade. Referências ao passado de Erechim são realizadas em diferentes momentos da publicação, mas um capítulo em especial é dedicado apenas à escrita da história, que acaba conduzindo a outro trecho que descreve a cidade em 1968. Esses são os dois

capítulos analisados, intitulados *Roteiro Histórico* e *Erechim de Hoje*. Logo no início da descrição da história, já é perceptível a temporalidade que rege sua escrita e constitui o princípio da seleção dos personagens, acontecimentos e lugares da narrativa:

Cincoenta anos de pujança, progresso e desenvolvimento caracteriza a vida da colônia PAIOL GRANDE, nome como era denominada a área de terra a ser colonizada lá pelos idos de 1914, hoje o esplendoroso município de Erechim. Encastreado no centro da Região Alto Uruguai é, sem erro, chamado de Capital da Região. Herê-chim que em Tupi-Guarani, quer dizer “campo pequeno”, é o produto do esforço de uma plêiade de homens valorosos, que puderam provar que, quando se tem os olhos voltados para o progresso e a grandeza da pátria, nada é impossível fazer-se, ao ponto de transformar-se regiões inóspitas em pujantes e majestosas cidades, como é atualmente o outrora, despretensioso e humilde povoado de “Paicol Grande.” (COSTA, 1968, p. 18).

É importante observar que o passado é mencionado como simples, humilde, pequeno em relação ao progresso sentido no presente pela cidade. Quando uma data é mencionada (que funciona como um conector com um passado ausente na escrita), logo o presente é realçado com o adjetivo “esplendoroso”. A única referência a um passado mais remoto do que a colonização do início do século XX é a explicação do nome, que apenas menciona sua origem indígena. Não há nenhuma consideração histórica sobre indígenas e/ou outros grupos. O passado não tem grande importância nessa percepção temporal, que é herdeira, em grande medida, do desenvolvimentismo que marcou a região e o país. O que importa sobre o passado é identificar o esforço progressista que tornou a pequena colônia uma cidade moderna e com perspectivas otimistas de um crescimento futuro. Também é interessante notar as particularidades da região em que Erechim está inserida. Passo Fundo, que celebra o centenário de sua emancipação política em 1957, também reivindica o título de capital regional. A ideia de se tornar um centro comercial e urbano move as duas cidades em uma disputa, identificada, a princípio, no nível dos discursos comemorativos, por esse posto.

Em relação à capacidade de representância do passado, a publicação traz a reprodução de alguns documentos para validar seus argumentos, como a capa de um dos primeiros jornais a circular em Erechim, o jornal *O município*, de 1921, e a ata inaugural da emancipação do município, de 1918. Ao tratar sobre o *Erechim de Hoje*, esse regime de historicidade próprio das décadas de 1950 e 60 transparece mais uma vez. A caracterização atual da cidade, suas conquistas, seu crescimento, nos textos do *Album Oficial*, parecem não caber em meio século de emancipação política. Esse ritmo temporal é caracterizado por uma aceleração do desenvolvimento econômico e pela modernização urbana. Com esse intuito, são descritos os avanços no setor da comunicação (sistemas telefônicos, agência

postal, etc.), no setor da energia, mostrando que a cidade está apta a receber amplos investimentos industriais e os meios de transporte, as linhas áreas e rodoviárias, bem como empresas responsáveis pelo setor. Concluindo as considerações sobre os principais avanços ocorridos nos últimos cinquenta anos, aparece a seguinte descrição:

ERECHIM, para o visitante, surpreende pelo seu porte de grande cidade, com ruas bem traçadas, bem calçadas e arborizadas, bonitas lojas e casas comerciais bem instaladas, movimento febril em todos os setores. Continua crescendo, causando admiração todo o progresso conseguido em apenas 50 anos de existência. (COSTA, 1968, p. 31).

Evidentemente que é necessário considerar o caráter laudatório nessa descrição que vai ao encontro do ambiente comemorativo de um aniversário municipal. Mas a temporalidade expressa nessa escrita estabelece uma forma diferente de se filiar ao passado, que não tem um peso significativo enquanto categoria temporal. O espaço de experiência que marca o presente e a abertura das expectativas futuras comanda essa percepção. Mais uma vez, cabe ressaltar que essa visão poderia ser diferente, possui uma historicidade própria que está articulada com o contexto histórico da década de 1960 no país, somada a fatores locais e sentimentos de pertencimento ao município que influenciava a visão dos sujeitos no período. O recurso de imagens, marcante na publicação, corrobora essa percepção, em uma fotografia do centro da cidade que ilustra um artigo com o título *Espírito comunitário e ação objetiva são os fatores do crescimento da comuna*, é apresentada a seguinte legenda: “Concoenta anos que valem por cem de progresso, é o que se pode creditar a Erechim.” (COSTA, 1968, p. 62-63). A fotografia é utilizada, nesse caso, como uma prova, um documento da realidade municipal. Mas o uso de fotos representa uma prática moderna, adequada a uma publicação que homenageia uma cidade progressista, como Monteiro (2013, p. 5) indica, “[...] a fotografia criou uma relação totalmente nova e moderna com a experiência do tempo [...]”, na qual o fotógrafo “[...] capta um momento de tempo que é simultaneamente passado, mas é também o momento mais próximo que existe para o conhecimento do presente”. A inserção de imagens fotográficas em um álbum comemorativo objetiva, no caso, atestar essa visão progressista presente na escrita da história local, permitindo ao leitor conhecer visualmente a cidade, mas, a própria dimensão visual sofre um processo de seleção (os editores decidem quais fotos entram ou não), construindo uma identidade visual adequada à historicidade da obra.

Nesse sentido, as páginas seguintes do álbum trazem dois artigos, *Metas de governo e Objetivo é realizar, sem parar...* (COSTA, 1968, p. 64-65), acompanhados de seis fotografias que retratam o município em obras, mostrando o prefeito e o secretário de obras apresentando ao jornalista Israel José Costa (editor e redator do álbum) o empenho para o

desenvolvimento urbano presente e o potencial para o futuro. Entre as fotos estão uma fábrica da prefeitura para fazer tubos de concreto destinados ao saneamento básico, máquinas em serviço e locais onde seriam realizadas algumas dessas obras. Da mesma forma, o artigo *Empreiteiro capazes mudam a fisionomia das ruas calçando-as em ritmo acelerado* (COSTA, 1968, p. 70-71), acompanhado de cinco fotografias, mostra as mudanças da fisionomia urbana. Como descrito no texto “nestes últimos anos Erechim tem conhecido um surto de progresso no que se relaciona com o setor de obras públicas”, especialmente em virtude das comemorações municipais: “A cidade está recebendo, por assim dizer, nova roupagem para comemorar o seu Cinquentenário, engalanando-se com suas ruas bem calçadas.” Além de citar alguns empreiteiros da iniciativa privada pelo ótimo serviço prestado, o álbum responsabiliza diretamente a prefeitura pelo progresso da cidade, “porque”, de acordo com Costa (1968, p. 70-71), “[...] a atual administração Eduardo Pinto realizou muito mais, nesse terreno que várias outras administrações.”

E, no que tange às imagens, “[...] as fotos que ilustram este artigo por si só falam da grande obra que a Prefeitura Municipal realiza nesse setor vendo-se o sr. Prefeito em visita aos vários pontos em que se realiza o trabalho em apreço.” (COSTA, 1968, p. 71). O peso do progresso, do futuro da cidade não pode ser comparado com as poucas páginas destinadas ao passado. O que importa é perceber esse olhar que parte do presente e valoriza aquilo que pode impulsionar o progresso econômico e urbano no futuro. As relações entre textos e imagens conduzem a observação do leitor para a frente, diferentemente da produção historiográfica de Xavier e Oliveira, que dedicava um grande esforço, histórico e poético na valorização do passado. No caso do *Album Oficial* do cinquentenário de Erechim, o passado não pode fornecer ensinamentos ou exemplos para as gerações futuras. É no presente que se encontra a explicação para o crescimento municipal e as perspectivas de um futuro próspero para a cidade. O passado não seduz o escritor e o leitor. As visões de futuro são o atrativo, são suas representações, baseadas na ação dos homens do presente, que passam a povoar a atmosfera do imaginário local. “A história passou a ser essencialmente um ultimato dirigido pelo Futuro ao Contemporâneo.” (HARTOG, 2013, p. 138). Embora não seja objetivo do presente trabalho relacionar os dois casos analisados, mas apenas identificar como as operações de seleção da história e da memória de duas cidades em momentos diferentes estavam relacionadas com diferentes temporalidades, os regimes de historicidade caracterizados por Hartog (2013, p. 138) podem servir para pensar nas duas formas de escrita e filiação a um passado:

Se há ainda uma lição da história, ela vem do futuro e não mais do passado. Ela está em um futuro que se deve fazer surgir como ruptura com o passado, pelo menos como algo diferente dele, enquanto a *historia magistra*

repousava na ideia de que o futuro, se não repetia exatamente o passado, pelo menos não o excedia nunca.

Associando a visão de Xavier e Oliveira em 1927 com a *historia magistra* (lembrando que o umbu, no presente, não havia observado mais nada significativo e importante como o que se desenrolou no passado), que busca exemplos para ensinar as gerações do presente como devem proceder, e a visão do *Album oficial cinqüentenário de Erechim* de 1968 com um moderno regime de historicidade, no qual o progresso ocorrido em cinquenta anos contou por cem, é possível identificar dois momentos diferentes de relação com o tempo e com a escrita da história. Essas diferentes formas de se relacionar com o passado, que encontram nas comemorações brechas para aflorar de uma forma mais intensa, produziram diferentes significados para a história, estão relacionadas com contextos diferentes, o que demonstra a relação que o tempo histórico tem com o tempo vivido. As elaborações eruditas do tempo realizadas por historiadores e intelectuais influenciam e são influenciadas pelas experiências temporais vividas pela comunidade. A história pode ser entendida como expressão e resultado de uma concepção de tempo, especialmente em comemorações. “O tempo concebido varia de acordo com as culturas e gera relações diferentes com o tempo vivido.” (BITTENCOURT, 2009, p. 201). Por isso as pesquisas destinadas a esclarecer a escrita e leitura da história, bem como sua relação com as práticas comemorativas, não devem se restringir ao mundo acadêmico.

É importante pensar em atividades de ensino que levem em consideração essa dimensão da vida social. Estudar as comemorações pode ter várias funções. Entre elas, a aprendizagem da própria noção de tempo, fundamental para a compreensão da história. Bittencourt (2009, p. 199) coloca entre os conceitos necessários para o ensino de história o tempo e o espaço. Siman (2005, p. 110) entende o tempo como “[...] uma dimensão central da experiência humana, estruturante do seu pensamento e de sua ação [...]”, para a autora, pensar a temporalidade das ações humanas é um desafio para a pesquisa e o ensino. Schmidt e Cainelli (2009, p. 67) indicam que, para aprender a pensar historicamente, precisamos “[...] usar as ferramentas que os historiadores utilizam [...]”, como encontrar e selecionar “fatos” importantes, “[...]conseguir organizar os fatos numa perspectiva temporal [...]”, ler, questionar e interpretar documentos para construir “[...] explicações próprias sobre as relações entre o passado e o presente.” Trazer as celebrações de aniversários municipais para o ensino vai ao encontro dessas propostas. Pensar em uma comemoração implica discutir as noções temporais e espaciais dos alunos que não estão dissociadas das cidades onde vivem. A leitura das produções históricas e memorialísticas, o que significa trazer documentos para a sala de aula, possibilita discutir a relação entre memória e história e seus usos em virtude da conjuntura presente. Valendo-se da identificação desses “fatos”,

dos elementos (personagens, acontecimentos e lugares) selecionados pelos historiadores, é possível observar a temporalidade em que essa operação historiográfica está inserida, esclarecendo qual a função do passado em relação ao presente e ao futuro, ou seja, a explicação, a intencionalidade contida na escrita de uma determinada história.

Ao introduzir a comemoração como objeto de estudo, e a partir dela, a história da cidade e região, é possível partir da própria experiência que os alunos têm desses momentos. A temporalidade é inerente à linguagem, e quando ocorre um diálogo entre dois interlocutores, um assume a temporalidade discursiva do outro para sua compreensão. Desde que nos encontramos na linguagem, desenvolvemos noções temporais. Benveniste (2006, p.71) percebe a existência de três tempos que estão entrelaçados. O tempo linguístico (sempre presente), o tempo físico (tempo do mundo, infinito, linear) e o tempo crônico “que é o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto seqüência de acontecimentos.” Para o linguista, em todas as épocas e culturas ocorrem esforços para “objetivar” essa última dimensão temporal, pois é “[...] esta uma condição necessária da vida das sociedades, e da vida dos indivíduos em sociedade.” (BENVENISTE, 2006, p. 72). A principal forma que esse esforço de objetivação alcança são os calendários, mas poderiam ser colocadas as celebrações ao lado (e dentro) dessa tentativa de controlar o tempo. Todos os indivíduos têm experiências com essas duas formas de objetivação temporal, é por este caminho que uma proposta de ensino para trabalhar com comemorações, ou mesmo com o próprio tempo, pode aproveitar as experiências dos sujeitos envolvidos na aprendizagem.

É evidente que os alunos não possuem conhecimento prévio sobre conceitos e categorias desenvolvidas por historiadores para trabalhar com o tempo, como acontecimento, conjuntura, estrutura, etc. Mas as noções temporais dos alunos, construídas com base em suas experiências, servem como início de uma reflexão sobre a temporalidade em história. Bittencourt (2009, p. 200) mostra que na “[...] sociedade, o tempo biológico é marcado por anos de vida, geralmente comemorados nas festas de aniversário, e evidenciado em idades bem delimitadas [...]”, esse tempo vivido pelo aluno, a partir dessas tentativas de objetivação, está relacionado com o tempo histórico (com o tempo crônico), independente de quais forem os conceitos utilizados pelos historiadores para trabalhar com o tempo, ou mesmo para estabelecer determinados tipos de filiação ao passado nas comemorações. Ao partir de noções já estabelecidas, é importante reconhecer que as percepções temporais não são naturais, são tentativas de objetivação, tanto as vividas pelos alunos como os aniversários municipais. A história, dentro de comemorações coletivas, é construída e é expressão de uma objetivação temporal (um regime de historicidade) e da elaboração de um sentido a partir da mobilização das categorias temporais. Mas essa

história, os elementos que a constituem e a temporalidade que marca sua escrita e da qual ela é portadora, não é a única. “Várias histórias se acotovelam no tempo [...]” (SIMAN, 2005, p.117), por isso a necessidade de pesquisar e estudar as comemorações, especialmente a escrita e leitura da história nesses momentos, onde algumas faces do passado são iluminadas, e outras são ofuscadas por essa luz.

Recebido em: 08/03/2014

Aprovado em: 01/08/2014

REFERÊNCIAS

- BENINCÁ, Elli. Prática pedagógica uma questão de método. In: BENINCÁ, Elli; CAIMI, Flávia Eloísa (Org.). *Formação de professores: um diálogo entre a teoria e a prática*. Passo Fundo: UPF, 2002. p.51-64.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p.37-48.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- CAIMI, Flávia Eloísa. *Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CATROGA, Fernando. Pátria e Nação. In: Jornada setecentista. *Anais da VII Jornada Setecentista*. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/jornadas/vii-jornada-setecentista-2007/> Curitiba: CEDOPE, 2007. p. 13-34.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- COSTA, Israel José da. *Album oficial cinqüentenário de Erechim*. Porto Alegre: Metropole, 1968.

- DOSSE, François. *História e ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2004.
- HARTOG, François. Tempo e História: “como escrever a história da França hoje?”. *História Social*, Campinas, v.1, n. 3, p.127-154, 1996.
- HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- MONTEIRO, Charles. Pensando sobre História, Imagem e Cultura Visual. *Patrimônio e memória*, São Paulo, v. 9, n. 2, p.3-16, 2013.
- NICOLAZZI, Fernando. Uma teoria da história: Paul Ricoeur e a hermenêutica do discurso historiográfico. *História em Revista*, Pelotas, v.9, n.1, p.1-16, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.200-212, 1992.
- RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (tomo 1). Campinas: Papyrus, 1994.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa - Tomo III*. Campinas: Papyrus, 1997.
- RICOEUR, Paul. Quelques réflexions sur l'intitulé du séminaire. In: DOUGIER, Henry (Org.). *Travail de mémoire 1914-1998 Une nécessité dans un siècle de violence*. Paris: Éditions Autrement, 1999.
- RICOEUR, Paul. O passado tinha um futuro. In: MORIN, Edgar (Dir.). *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.369-378.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. A escrita como condição para o ensino e a aprendizagem de história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 60, p.121-142, 2010.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009.
- SIMAN, Lana Mara de Castro. A temporalidade histórica como categoria central do pensamento histórico: desafios para o ensino e aprendizagem. In: DE ROSSI, Vera Lúcia Sabongi; ZAMBONI, Ernesta (Org.). *Quanto tempo o tempo tem! Educação, filosofia, psicologia, cinema, astronomia, psicanálise, história...* 2. ed. Campinas: Alínea, 2005, p.109-143.

XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Terra dos Pinheiraes*. Passo Fundo: Livraria Nacional, 1927.